

**DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS DE POBREZA: ESTUDO SOBRE A CHAPADA DIAMANTINA****MYRT THÂNIA DE SOUZA CRUZ***PUC/SP***RESUMO:**

No início da colonização portuguesa, os bandeirantes avançaram sertão adentro, dizimando as populações indígenas, explorando os recursos naturais e demarcando territórios. Com a intenção de estabelecer a pecuária nos domínios do semi-árido brasileiro, varreram a área em busca de povos para escravizar. Quando encontravam resistência, usavam de seu poderio de “fogo” para dominar os grupos existentes. Utilizando o Rio São Francisco penetraram a região central da Bahia, área da Chapada Diamantina. Estabeleceram-se por lá, constituindo-se um dos elementos de formação dos povos das caatingas. Paralelo à atividade pecuária, descobriu-se grande quantidade de riquezas: primeiramente o ouro e, num segundo momento, o diamante. Inicia-se então o processo histórico de ocupação dos povos externos à região. Com o enfraquecimento da atividade canavieira na faixa litorânea, muitos escravos foram deslocados para a região com o intuito de serem utilizados na atividade pecuária e nos garimpos. Essa ocupação é marcada pela violência que acompanhou as batalhas entre bandeirantes e indígenas e entre bandeirantes e escravos. Violência que se inscreve nos modos de ser e existir na região, perpetuando a relação mando/obediência que marca tanto as relações patronais quanto as relações com lideranças políticas, criando práticas de gestão da *res pública* baseadas na apropriação e uso privado dos bens públicos, bem como no estabelecimento de políticas do favorecimento a uma minoria privilegiada que historicamente tem dominado os pequenos municípios da Chapada Diamantina. O presente trabalho tem a intenção de discutir os desafios da sustentabilidade no contexto da Chapada Diamantina, marcado pelas relações de mando que historicamente se constituíram na região e suas consequências para os dilemas sócio ambientais que assolam região, fortemente marcada pelas atividades mineradoras e de garimpo que revolveram cada palmo de terra, impactando os modos de vida local, bem como o frágil ecossistema caatingueiro. Baseia-se em estudos realizados entre 1996 e 2006, nos quais resultaram dentre outras produções, a Dissertação de Mestrado e a Tese de Doutorado.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, Nordeste Seco do Brasil, relações de mando, Chapada Diamantina.

**INTRODUÇÃO****Antecedentes Históricos sobre o processo de povoamento e desenvolvimento do Semi-Árido do Nordeste Seco do Brasil**

O Brasil tem visto o Nordeste Seco como lugar incapaz de se auto-sustentar, prerrogativa para todo tipo de intervenção que historicamente tem sido empreendida na região, desde aquelas mais comedidas e baseadas em estudos científicos, até as faraônicas, como a construção de grandes barragens em propriedades privadas ou ainda as bizarras, como a importação de camelos da Argélia, cujo fim era adaptá-los como animal de montaria e carga. A oligarquia nordestina e os donos do poder, conforme Faoro (1977) viam nessas intervenções oportunidade ideal para enriquecimento e fortalecimento das estruturas de domínio e subjugação às quais suas populações estavam submetidas. As famílias tradicionais do Nordeste, as elites açucareiras e latifundiárias usavam a seca como moeda de troca por favores políticos. Os nordestinos pobres e sem terra respondiam à dominação de vários modos, ora adaptando-se a ela e tirando algum proveito, ora sendo explorados até o limite da condição humana, às vezes, respondendo com levantes e revoltas. De modo que a violência tem marcado as relações sociais nordestinas, com crimes de mando, vingança, cobrança de sangue e assassinatos comuns.

Desde o início da colonização, a região da Chapada Diamantina foi ocupada de forma predatória. Primeiramente com a presença dos exploradores de ouro e diamantes que após exaurirem as lavras diamantinas buscaram a extração de pedras semi-preciosas, mármore azul, quartzo, dentre outras. Atualmente o solo é fragmentado em propriedades privadas dedicadas à criação de bovinos, caprinos e para a agricultura de pequena escala, além de atividades de garimpo. Gradativamente, a região teceu sua dinâmica cotidiana em cima tanto de escombros humanos gerados pelo menosprezo e abandono quanto dos ecossistemas frágeis com risco de desertificação, conforme aponta SEABRA (1998).

Através das históricas lutas entre coronéis rivais criaram-se os primeiros partidos políticos da região. Partidos que se mantêm presos às mesmas dinâmicas anti-democráticas sob as quais foram criados, originando assim os duelos e facções que se rivalizam pelo poder até os dias atuais. Essas rivalidades conferem peculiaridade à democracia da região, uma vez que o fenômeno do mandonismo subsiste com força, subjugando a população aos ditames daqueles que se encontram no poder. As contradições e lutas se interpõem: ora vive-se um intenso burburinho de participação, ora vive-se o terror da não expressão. Dentro desta atmosfera de abandono e dominação, os desafios para o futuro requerem negociação com os diversos poderes existentes para abrir espaço a presença humana nos espaços povoados por fráguas estruturas naturais.

### **Dilemas da sustentabilidade em territórios marcados por intervenções e destituições**

A tecnologia, o advento dos grandes sistemas de informação, redes de mapeamento imagético e superação de limites imaginados pelo homem não tem significado melhoria da qualidade do modo de vida em comunidades rurais caatingueiras. Questões básicas como o enfrentamento da fome, da miséria e da não participação na gestão pública têm intensificado a degradação da vida local. Essas tecnologias têm se preocupado cada vez mais com o aumento da potencialidade de consumo de grupos populacionais marginalizados. Entretanto, ao colocá-los no epicentro da sociedade de consumo, os exclui dessa mesma sociedade, uma vez que seu pequeno poder de consumo não justifica tal “investimento”. Configura-se assim uma tênue linha neste incongruente processo: pessoas abaixo da linha de pobreza ocupando territórios imaginários, compartilhados com latifundiários e “donos do poder”, irmanados pelo que resta da crença da magia do mundo. Pensar em soluções que tragam melhoria da qualidade de vida local através de ações públicas responsáveis pela valorização de estilos de vida solidários parece ser um grande desafio.

Algumas comunidades, muitas delas de difícil acesso, retiram seu sustento da natureza e tecem com ela uma relação de temerosidade e respeito. Desconhecem a finitude dos recursos naturais, mas conhecem verdadeiras “fórmulas sagradas” que os livram da doença, da morte e da fome. Seu sistema de trocas solidárias permite gerir a comunidade, muitas vezes, instalando e mantendo uma escola em locais onde o poder público desconhece a existência. Criam assim, uma irmandade de sujeitos intercambiáveis, onde os sentidos das trocas representam algo mais do que suprir uma falta material. Esta é uma problemática vivida não só no Cercado, mas em muitas outras comunidades chapadeiras com relativo isolamento geográfico.

As negociações de uso do espaço são elementos imprescindíveis na produção de sentidos das populações caatingueiras. Estas dinâmicas estão relacionadas ao fluxo de determinação das águas e dizem diretamente da forma como se constrói a sociabilidade do lugar. Segundo Milton Santos (2000, 2003), o mundo não existe por si, mas para os outros. É o lugar que dá conta do mundo. A relação entre o global e o local, entre os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos se faz presente da mesma forma que a noção de horizontalidade como resultado da vizinhança, coabitação e da coexistência do diverso. Somam elementos para a compreensão dos sentidos das pessoas acerca do outro que é diferente de si, tanto em relação à língua, como com relação aos costumes, valores e interesses.

Entende-se como fundamental a discussão sobre os espaços de vida cotidiana e seus desdobramentos, compreendendo as relações tecidas pelos habitantes locais com seus espaços de vida. Muito mais que uma descrição de arranjos da vida dos habitantes da Chapada

Diamantina, é importante a preocupação em compreender como o espaço da habitação, arredores e dinâmicas da natureza da região dialogam com a lógica governamental de implantação das políticas públicas a eles direcionadas. Entende-se o “lugar” como uma construção social e que, portanto, obedece a lógicas de interesse diferentes para cada segmento social. Tais lógicas estão em diálogo que poderão tornar-se efetivos e sinérgicos ou poderão divergir, formando descompassos entre um entendimento e outro. Segundo Peter Spink (2001), há um complexo de ligações e relações de colaboração, solidariedade, contradição, disputa e conflito presente na discussão sobre o *lugar*; relações cujos sentidos estão em contínua produção. Da mesma forma, a noção de território em uso, preconizada por Milton Santos, que por ser mais visível revela o drama e as contradições da nação e a dialogia entre espaços e poderes.

Como aspecto desafiador, surge a integração das forças que convergem para o desenvolvimento das nações pobres e a idéia de que é necessária a preservação dos raros recursos naturais existentes no planeta. Mas não se trata de um desenvolvimento a qualquer custo, que aniquila populações tradicionais que vivem exclusivamente desta relação que mantém com a natureza. Esse novo empreendimento requer que se pense integrando forças e sinergias para a sustentabilidade do lugar. Conceitos amplamente defendidos na *Convenção da Diversidade Biológica* solicita aos Estados-membros que, de acordo com a legislação nacional, respeitem, preservem e mantenham o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e que promovam sua aplicação mais ampla com a participação e envolvimento dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas. Além disso, encorajam o compartilhar equitativo dos benefícios resultantes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.

O que se observa, no entanto, é que tanto a natureza, quanto os povos tradicionais que dela sobrevivem são relegados ao esquecimento. E a ação das políticas públicas, criadas para contemplar esta relação, sofre desvios na sua aplicação e não atinge seus objetivos. As populações tradicionais desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias apropriadas, simbologias, mitos e até um linguajar próprio revelam a sua integração com a natureza, características pouco utilizadas no planejamento das ações públicas a elas dirigidas.

O processo de territorialização é marcado, conforme Alencar (2005), pelas diversas dimensões, elementos e componentes, inscritos num processo histórico contínuo e contraditório. Esse processo indica um território em uso, conforme Milton Santos (2003). O território em uso indica a importância da investigação da malha de conexões possíveis que são estabelecidas entre as comunidades em diferentes níveis, estendendo essas conexões para a sociedade como um todo. A temporalidade das ações locais permite a visualização das relações, além de permitir a compreensão das intersecções, dos nós desse processo.

Entre o território imaginário e ideal e o território da cotidianidade há um hiato preenchido pela sobreposição de territorialidades desejadas: relações solidárias; retorno a um tempo idealizado; lugar de fartura e concretude das conquistas desejadas. A construção do território faz parte das estratégias identitárias, nas quais o sujeito tenta reconstruir seu modo de vida, suas relações de parentesco, seus costumes e hábitos com a família. No confronto com os acontecimentos cotidianos, a transmutação está inscrita num tempo presente ao mesmo tempo em que se reconhece o caráter de imutabilidade: os elementos humanos na composição paisagística parecem permanecer inalterados até os dias atuais. Relatos de viajantes do século XIX confundem-se com a observação empírica da paisagem de hoje: casas de pau-a-pique se espalham por todos os lugares; cacimbas; cabaças; gibão de couro cru corroboram a estética que fora antes estigmatizada pela visão de atraso cultural. A oscilação entre a estética caatingueira e a aquisição de novos padrões estéticos da modernidade mostra a efervescência de um processo que se determina para além da relação entre tradição e modernidade. Conexões são tecidas entre os modos de vida local e aqueles resultantes das intersecções com outros grupos. A diferença é que essas conexões não se traduzem em dissolução ou desarticulação desses modos de vida, mas em complementaridade e troca. A questão central diz respeito ao modo como a modernidade, na acepção de Bauman (2001), promove a

desarticulação dos modos de vida local e interfere diretamente nas conexões entre grupos vizinhos e a sociedade em geral. Não somente a sedução do mundo mercadológico, mas a racionalidade que não permite mais conferir sentido às crenças locais, potencializa a perda da magia.

A idéia de desenvolvimento tem sido ao longo dos anos adaptada às mais diversas situações. Essa característica “camaleônica” do conceito tem aumentado também a confusão em torno dos seus usos. Talvez o ponto comum que aproxima os diferentes usos do conceito, seja a idéia marcante de evolução e progresso. Mas no mundo do pós-guerra, constatou-se que a inesgotável natureza já clamava por socorro e que o caminho trilhado até então, de desenvolvimento econômico a qualquer custo, não mais seria possível, uma vez que este dava seus primeiros sinais de esgotamento, elevando consideravelmente as desigualdades sociais.

De acordo com Arbix e Zilbovicius (2003):

“Em um país de carências como o nosso, desenvolvimento já foi totem e tabu. Com profundas raízes no passado, mas enclavado nos territórios do futuro, esse conceito foi ao longo do século XX fonte inesgotável de criação, proteção e destruição de novas imagens do mundo, em especial nos países atrasados. Sob o domínio do Estado, insinuou-se para além do bem e do mal. Momentos houve em que irrompeu prenhe de sentidos, envolvendo governantes e governados com as razões da economia. Em outros, porém, mal conseguia disfarçar um vazio cínico, que aproximou sua elasticidade de conceito ao de uma usina de ilusões.”

A adoção do conceito por parte dos organismos internacionais e do Governo brasileiro atrelou-o aos ditames estritamente econômicos, relegando a planos secundários dimensões importantes como a ecológica e a social. Embora se trate de um conceito elástico podendo se adequar às diversas situações, conforme o interesse que convém à nação ou outros grupos controladores é importante que não se perca de vista a dimensão da utopia que nos coloca diante do desafio de superar os problemas ambientais e sociais que se evidenciam atualmente.

Para Ignacy Sachs(1993), é importante que sejam abarcadas várias dimensões na busca pelo desenvolvimento e sustentabilidade:

- sustentabilidade social: cujo objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista de fato maior equidade na distribuição do “ter”, procurando assim melhorar as condições de vida das populações em exclusão, diminuindo as diferenças entre ricos e pobres;
- sustentabilidade econômica: objetivando alocar de forma mais eficiente os recursos, em uma ordem social econômica mundial mais justa;
- sustentabilidade ecológica: aumentando a capacidade de carga, com a intensificação dos usos dos recursos potenciais dos ecossistemas, sem prejuízos aos mesmos, limitando o uso de combustíveis fósseis e de outros recursos facilmente esgotáveis, além de estipular limites no consumo dos ricos e também estimular e intensificar a pesquisa em tecnologias capazes de reverter a degradação;
- sustentabilidade espacial: equilíbrio nas dinâmicas de ocupação entre o espaço urbano e o espaço rural e
- sustentabilidade cultural: procurando adaptar as diversidades culturais ao meio ambiente e entorno social, incentivando soluções locais aos problemas enfrentados.

Priorizando a atuação do homem frente ao mundo em que vive, o Relatório de Desenvolvimento Humano procura discutir questões que tangem aos valores universais e colocam o homem em condições de igualdade no mundo competitivo atual. Procura colocar em pauta equidade nos serviços de saúde, educação e segurança para garantir que estes valores universais realmente atinjam a todos numa proporção desejável.

O Economista indiano Amartya Sen representa um dos principais nomes dessa corrente de pensamento. Para Sen (2000), há que se buscar o equilíbrio entre as dimensões do valor do humano e as determinações econômicas. Nenhuma política pública terá sucesso se relegar a segundo plano a capacidade humana de escolha. Aliás, a própria noção de desenvolvimento está atrelada à expansão das capacidades humanas e das liberdades substantivas: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.

“As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além dos recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras”.

Sen (2000) propõe uma inversão nas análises das políticas públicas questionando o sentido utilitarista e imediatista impulsionado pelos ditames econômicos. A dimensão da esperança parece que ficou relegada à meia dúzia de otimistas, os utópicos, que assim como Sen, ousam pensar que o mundo poderá ser um lugar melhor do que tem sido ultimamente. Celso Furtado, economista brasileiro de renome internacional, referência importante neste trabalho, argumenta sobre os processos de desigualdades sociais e seus impactos nos modos de vida das comunidades locais do Nordeste Seco do Brasil Para Furtado(2002):

“Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes maior do que tinha quando comecei a estudar esses problemas, mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres. Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada”.

Se pensarmos que as populações que habitam as caatingas da Chapada Diamantina estão alijadas da participação nas determinações das políticas públicas que a eles são dirigidas, como almejar a sustentabilidade, conciliando tradições e liberdades? Ao propor mudanças na metodologia de análise do desenvolvimento, tanto Sen quanto Furtado estão lançando as sementes de um processo sensível a outros indicadores e dados que devem ser prioritários quando a intenção é olhar profundamente para questões como pobreza, desenvolvimento e sustentabilidade de determinada região. Para Sen, as próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem. O que pressupõe o entendimento de que as pessoas possuem capacidades, como expressão da liberdade substantiva. Essa compreensão deve levar em consideração:

- “1) sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas;
- 2) seu papel indireto, influenciando a mudança social, e
- 3) seu papel indireto, influenciando a produção econômica.

O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize. Essa unidade é importante, mas ao mesmo tempo não podemos perder de vista o fato de que a liberdade é um conceito inerentemente multiforme, que envolve considerações sobre processos e oportunidades substantivas”.

A relevância de se deter nessas dimensões diz respeito ao entendimento das pessoas que habitam as caatingas da Chapada Diamantina como indivíduos cuja expressão de liberdade os emancipa da tutela de quem quer que seja. Compreendê-los como pessoas que possam expressar suas liberdades substantivas requer que o Estado, as ONGS e segmentos da sociedade civil se desfaçam dos velhos preconceitos e visões arraigadas que os enxerga como “pobres miseráveis, vítimas da seca”, destituídos da capacidade de auto-percepção ou auto-determinação. A importância dessa visão não se restringe somente ao plano ideológico, mas deve estar no bojo das decisões políticas, no cerne do planejamento das políticas públicas que historicamente insistem em tratá-los como tabula rasa. Levar em consideração a capacidade de expressão da liberdade das pessoas inverte a lógica de planejamento estatal, colocando os indivíduos como agentes ativos e responsáveis tanto pela formulação, quanto pelo planejamento, aplicação e avaliação das políticas públicas o que poderia mudar significativamente a eficácia das ações voltadas ao desenvolvimento da região.

Conciliar o modo de vida de comunidades caatingueiras da Chapada Diamantina com as exigências impostas pela modernidade, requer que se retomem práticas solidárias e de trocas, usuais em sistemas de intercâmbio e organização do trabalho local. As formas de sociabilidade, os sistemas de crença compõem a organização do cotidiano local do mesmo

modo que os laços de parentesco e vizinhança. Este estilo de vida corre o risco de desarticulação, decorrente dos processos aqui discutidos. A questão que se coloca passa pelas seguintes preocupações: contra o ritmo acelerado da modernidade não há o que fazer. Resta, entretanto, saber se estes estilos sobreviverão ajustados aos ditames da modernidade, ou se antes serão capturados pelo mundo mercadológico e transformados em produtos turísticos de um estilo de vida *pseudo* comunitário, *pseudo* tradicional.

### **Considerações Finais**

No processo de convivência com a caatinga, a mulher e o homem sertanejos criam e reproduzem práticas que garantem muito mais do que sua sobrevivência. Relacionam-se com a natureza de forma a retirar dela tudo de que precisam para o estabelecimento de uma vida plena, onde felicidade, angústia, dor, tristeza, alegria e comemorações fazem parte de um *complexum* cotidiano, como outra comunidade qualquer. Viver nas caatingas da Chapada Diamantina não os torna mais ou menos felizes que outros. Torna-os singulares nas experiências ímpares que possuem no diálogo com seus territórios imaginários ao mesmo tempo em que compartilham a humanidade que há em todos os povos. Irmanam-se com outros povos do mundo que enfrentam condições parecidas, numa economia agrária de subsistência, cuja condição climática os posiciona como sujeitos que convivem com o Semi-Árido. Mas nada disso os torna “especiais”, torna-os antes, sujeitos de seu processo histórico. Neste sentido, convém assinalar, que a ausência do Estado brasileiro insiste em torná-los invisíveis, intensificando o seu isolamento geográfico, o que resulta na negação do acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira, agravando a pobreza. Se antes era seu estilo de vida rústico que aos olhos de um desavisado poderia indicar miséria, agora a pobreza é real, sentida através da privação aos meios que garantiam e coloriam sua existência: as manifestações culturais, a religiosidade e os saberes medicinais.

Enquanto espaços em mutação, as caatingas apresentam as contradições e a heterogeneidade do mundo inscrito na modernidade atual. Esses elementos contêm a elasticidade própria das dinâmicas sociais em ebulição, o que quer dizer que mesmo o estado de relativo isolamento geográfico de algumas comunidades permite um fluxo de diálogo, contendo elementos inter-relacionados do campo social Brasil e mundo. As mutações se impõem com relevância. As tradições sofrem atualizações conforme a necessidade do grupo, e também conforme as imposições das políticas macroeconômicas, das políticas públicas intervencionistas e das práticas predatórias empreendidas pelas mineradoras na região. As comunidades menores e mais fragilizadas sofrem diretamente as consequências dessas ações, resultando no enfraquecimento cada vez maior das tradições e modos de vida local. Gradativamente, as populações tradicionais perdem seus referenciais, seus conhecimentos tradicionais como o saber sobre o corpo e a saúde, que já não atendem mais às suas necessidades e tampouco têm a mesma vivacidade de outrora. A relação que tecem com a natureza e com a terra está em metamorfose.

Esta metamorfose está diretamente relacionada à perda da magia do mundo, condição básica para a manutenção da dimensão mítica como sedimento da vida comunal. A transposição das barreiras porosas da modernidade fluída permite que seja instaurado um processo de “minar” de dentro para fora, do interior da vida comunitária, as dimensões da magia, criando a desarticulação dos aspectos primordiais que conferiam identidade ao grupo. Muitas comunidades que vivem relativo isolamento geográfico experimentam intensamente este processo, ou seja, encontram-se no epicentro do desencantamento do mundo: não estão totalmente desarticuladas, nem absorveram por completo os estilos de vida urbana, mas questionam o sentido das suas tradições. Há crise na produção de sentidos dos seus habitantes sobre si mesmos, sobre a utilidade dos festejos, das rezas e rituais, dos usos diversificados do feitiço e do modo de vida da comunidade. As práticas discursivas locais sinalizam para um hiato entre os estilos de vida que preconizavam a magia da vida e aqueles estilos que se avizinham. Neste momento essas comunidades vivem algo disforme, sem rosto e sem sombra. Algo que não sabem o que é, mas sentem que um vazio toma conta de todos, gradativamente. Resta a rememoração dos tempos de outrora, onde podem reviver, na imaginação, um tempo de ouro, onde as coisas tinham um ritmo próprio e a natureza ditava os ciclos da vida.

Aos poucos, o modo de vida comunal vai sendo substituído pela competição e individualismo, presentes nos atuais processos de disputa por terras, por rezes e por mulher. A presença das mineradoras na região tem intensificado a disputa pelos parques postos de trabalho, causando inimizades entre famílias que historicamente haviam se mantido unidas pela força da lida na casa de farinha. A própria dinâmica na casa de farinha alterou-se com a presença da energia elétrica que dispensa as pessoas que antes eram necessárias para puxar a roda da moenda; o ritmo é outro: a temporalidade pacata agora ganha ares de produtividade, uma vez que é necessário que se trabalhe depressa, as conversas freqüentes na lida da roça ou da própria casa de farinha não são mais possíveis, é necessário poupar também a energia elétrica, de alto custo.

A desarticulação está associada à perda do núcleo identitário, central da comunidade, representado pelas festividades, rituais, usos diversificados do feitiço e relação intensa com a natureza. Em seu lugar não há a busca por outros elementos de identificação; há um esvaziamento dos sentidos do viver e habitar nas dimensões territoriais. A própria relação que mantinham com a terra, que antes ultrapassava a idéia de usufruto, significando um espaço, um lugar por onde a vida flui, cujo sentimento de pertença circunscrevia seus habitantes nos territórios imaginários de lutas e conquistas, agora amarga o abandono, visível nas casas, nas roças e nos espaços coletivos.

Conciliar a presença humana com espaços povoados por frágeis estruturas naturais constitui um dos maiores desafios a ser enfrentado na atualidade. Com a intenção de tornar esta relação menos predatória e impactante, surgiram importantes reflexões sobre sustentabilidade, conceito que poderia trazer respostas para esta convivência e tem sido na prática alvo de controvérsias e questionamentos. Afinal, como conciliar o desenvolvimento com a necessária sustentabilidade? Em contextos como o nosso onde a distribuição das riquezas é uma das mais perversas e desiguais do mundo, em que a estrutura de distribuição das terras e, conseqüentemente, dos recursos naturais contribui para a criação de mecanismos excludentes, como pensar na conciliação da ação humana sobre a natureza com necessidade de obtenção da melhoria da qualidade de vida das pessoas?

São questões que merecem estudos cada vez mais profundos, especialmente em contextos marcados pela pobreza e abandono do Estado.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOVAY , Ricardo. **O que é Fome**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- ABRAMOVAY , Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.
- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil (1853-1927)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Sertões e Sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida**. Em Dossiê Nordeste Seco. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, nº 36 – Maio/Agosto de 1999. Página: 7 a 68.
- Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro. Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.
- ALBANO, Idelfonso. **O Secular Problema do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- ALENCAR, Raildo da Silva. **Assentamento Rural: conflitos internos e a territorialização do MST – Um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, José Américo de. **As Secas do Nordeste**. Co-edição da Fundação Casa de José Américo e da Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense – Vol CLXXVII, 1981.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Tradição e Mudança: A Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Sub-médio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1982.
- ARBIX, Glaucio e ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora da UNESP, EDUSP, 2001.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARBOSA, Cleto B. **As Estratégias do Sertanejo: Convívio com a Seca faz do Sistema de Vida no Interior do Nordeste**. In: Ciência Hoje: Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, 1998.

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. **Os Impactos da Seca de 1993 no Semi Árido Bahiano: Caso de Irecê**. Salvador: SEI, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Zygmunt Bauman. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Gestão dos recursos naturais: subsídios e elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília, DF: Consórcio TC/BR-Funatura, 2000.

CAMELO FILHO, José Vieira. **A Implantação e Consolidação das Estradas de Ferro no Nordeste Brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia Política da UNICAMP, 2000.

CAMELO FILHO, José Vieira. **Rio São Francisco: problemas e soluções: uma questão de políticas públicas**. Tese de Pós Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste – uma área explosiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**Censo Demográfico 2000: Resultados Preliminares/IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM (BA). **Projeto Chapada Diamantina: Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA; informações básicas para a gestão territorial, diagnóstico do meio físico e da vegetação**. Salvador: IBAMA, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Chapada Diamantina – Salvador, 1997**.

CPRM/IBAMA. **Parque Nacional da Chapada Diamantina: informações básicas para a gestão territorial**. , Salvador : CPRM, 1994.

CRUZ, Myrt Thânia de Souza. **Uma história de alijamento do povo: análise psicossocial da trajetória de implantação e interrupção do Programa Cidades Saudáveis na Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado do Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1990.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Decadência do patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1951.

FUNCH, Ruy. **Chapada Diamantina: uma reserva natural**. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

FURTADO, Celso. **O Mito de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Seca e poder – entrevista com Celso Furtado/ entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Pereira**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **Em Busca de Um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Carlos. **O Que é Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Coleção: Primeiros Passos.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi e FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Povos Indígenas e Tolerância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. "Meio ambiente e sustentabilidade". *In: O município do século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

LEAL, Inara R., TABARELLI, Marcelo e SILVA, José Maria Cardoso da (editores). **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza. Proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reivenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira. Agricultura sustentável**. Brasília – DF: Edições IBAMA, 2000.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Dimensão Histórico-Cultural: Chapada Diamantina. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja, de Sesmarias ao Minifúndio: Um Estudo de História Regional e Local**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

NOVAES, Manoel. **Memórias do São Francisco**. Brasília: CODEVASF, 1989.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia: estudos de contato racial**. São Paulo: Nacional, 1971.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomos I,II e III. Superintendência do Vale São Francisco, Rio de Janeiro, 1972.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O Crime na Cor – A Experiência Escrava no Alto Sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetitê (1830 – 1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

**Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD/IPEA, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos/entrevistadores Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEABRA, Geovanni de Farias. **Do garimpo aos ecos do turismo: o Parque nacional da Chapada Diamantina**. Tese de Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Orlando Sampaio. **O dilúvio na História Mito e na Realidade Atual dos Tuxa – Sociedades e Culturas em Confronto no Sertão São Franciscano da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1983.

SPINK, Peter. **O Lugar do Lugar na Análise Organizacional**. Revista de Administração Contemporânea da ANPAD. Volume 5, 2001.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**. Revista Psicologia & Sociedade. Volume 15 nº 2, Porto Alegre jul/dez. 2003.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **O processo de desertificação do Nordeste**. Brasília: Senado Federal, 1976.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **Desertificação do Nordeste brasileiro**. MRC/Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estação Ecológica de Tapacura. São Paulo: Padilha Inds. Grafs. Ed, 1982.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.

WEBER, Max. **Textos Seleccionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O Fim do Nordeste e Outros Mitos**. São Paulo: